



## ÍNDICE

**Mais alguns esclarecimentos ..... XVII**

### SUJEIÇÃO PASSIVA

**TEMA XXV ..... 05**

#### RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA POR GRUPO ECONÔMICO

*Sumário: 1. Introdução. 2. O princípio da legalidade como norma jurídica que orienta a atuação do aplicador do direito e a metodologia adotada. 3. Pressupostos, regime jurídico e critérios de definição das Medidas Cautelares. 4. Medida Cautelar Fiscal: requisitos para propositura e o alcance de seus efeitos. 4.1. O processo de positivação do direito e os termos constitutivos do crédito tributário. 5. O princípio do devido processo legal e a impropriedade de utilização de Medida Cautelar Fiscal para atribuição de responsabilidade a terceiros. 6. A identificação do sujeito passivo e a figura da responsabilidade tributária. 7. A linguagem do direito constituindo a realidade jurídica. 7.1. Personalidade: uma das criações do direito positivo. 7.2. Pessoa jurídica: os termos inicial e final de sua existência. 7.3. Princípio da autonomia da pessoa jurídica. 8. Grupo econômico: a necessidade da “influência dominante”. 8.1. Inexistência de “grupo econômico familiar”. 9. Posição jurisprudencial relativa à responsabilidade tributária das empresas que integram grupos econômicos. 9.1. Solidariedade na sujeição passiva: inexistência de “interesse comum” entre empresas do mesmo grupo econômico. 9.2. Inexistência de previsão legal que estipule*

**IX**



*solidariedade passiva tributária entre empresas do mesmo grupo econômico. 10. A responsabilidade tributária dos terceiros e os requisitos para sua atribuição aos sócios. 11. Requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica, para fins de atribuir responsabilidade pelo pagamento de débitos tributários. 11.1. Do desvio de finalidade. 11.2. Da confusão patrimonial. 11.3. Da comprovação da prática de ato doloso. 12. O instituto da prescrição e a estabilização das relações jurídicas. 12.1. O termo inicial da prescrição para o redirecionamento de Execução Fiscal. 13. Conclusões.*

**Tema XXVI ..... 71**

**RESPONSABILIDADE POR SUCESSÃO DECORRENTE DE CISÃO**

*Sumário: 1. Considerações iniciais. 2. Personalidade: uma das criações do direito positivo. 3. Pessoa jurídica: os termos inicial e final da sua existência. 4. Princípio da autonomia da pessoa jurídica. 5. Impossibilidade de se confundir “pessoa jurídica” e “entidade contábil”. 6. A identificação do sujeito passivo tributário. 7. A responsabilidade tributária dos sucessores. 7.1. Impossibilidade de transferência das penalidades fiscais aos responsáveis tributários por sucessão. 8. Respostas às indagações formuladas.*

**Tema XXVII..... 91**

**DIFERIMENTO, SOLIDARIEDADE E RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA**

**Análise dos contratos de venda de mercadoria sob cláusula FOB**

*Sumário: 1. Introdução ao tema. 2. Critério material do ICMS – conteúdo semântico da locução “realizar operações relativas à circulação de mercadorias”. 2.1. Irrelevância da circulação física das mercadorias e admissibilidade jurídica da cláusula FOB (free on board) 3. O sujeito passivo e a figura da “substituição tributária”. 4. Natureza jurídica do diferimento. 4.1. Forma de instituição do diferimento. 5. Sujeição passiva tributária, solidariedade e responsabilidade subsidiária. 6. A responsabilidade tributária pela prática de ilícitos e suas limitações. 7. Das respostas às indagações.*

**X**



**Tema XXVIII..... 119**

**RESPONSABILIDADE CIVIL E A FIGURA JURÍDICA DA “INDENIZAÇÃO” EM DIREITO TRIBUTÁRIO**

**Análise da natureza jurídica e da constitucionalidade do “ressarcimento ao SUS”, segundo ditames da Lei nº 9.656/1998**

*Sumário:* 1. Introdução. 2. A relação jurídica como instrumento de ordenação das condutas. 3. Diferencial semântico entre “obrigação tributária” e “relação jurídica indenizatória”. 4. Responsabilidade civil e a figura jurídica da “indenização”. 4.1. Direito à reparação patrimonial na hipótese de enriquecimento sem causa. 5. Natureza jurídica do “ressarcimento ao SUS”. 6. Natureza e características dos “Planos de Assistência à Saúde”. 7. Inexistência de vedação constitucional do “ressarcimento ao SUS”. 8. A autorização constante do art. 198 da Constituição da República. 9. Inexistência de violação ao princípio da legalidade. 10. Inexistência de irregularidades no procedimento de cobrança. 11. Inexistência de afronta ao princípio do acesso isonômico ao SUS. 12. Das respostas às indagações.

**Tema XXIX..... 151**

**SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA NO ICMS**

**Interpretação conforme a Lei Complementar nº 87/1996 e o Convênio ICMS nº 45/1999**

*Sumário:* 1. Introdução. 2. O modelo constitucional da regra-matriz do ICMS: a necessária relação entre o critério material e a base de cálculo. 3. ICMS – princípio da solidariedade nacional, da equiponderância ou homogeneidade de sua incidência. 4. A função dos “Convênios” na disciplina jurídica do ICMS. 5. Prescrições da Lei Complementar nº 87/1996 concernentes à substituição tributária no ICMS. 6. Requisitos para a instituição do regime de substituição tributária nas operações interestaduais. 7. O Convênio ICMS nº 45/1999. 8. Das respostas às indagações.





**Tema XXX..... 171**

**RESPONSABILIDADE POR SUCESSÃO DECORRENTE DE INCORPORAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

*Sumário: 1. Palavras introdutórias. 2. Sociedade anônima dependente de autorização do Governo: disciplina jurídica de sua constituição, alteração e extinção. 3. O princípio da autonomia da vontade e as incorporações societárias. 4. Incorporação de instituições financeiras. 5. Efeitos da realização da condição e o problema da retroatividade. 6. Efeitos da verificação da condição nas incorporações de instituições financeiras. 7. Instante em que se verifica a incorporação. 8. Sujeição passiva indireta e a Responsabilidade tributária dos sucessores. 9. Impossibilidade de transferência das penalidades fiscais aos responsáveis tributários por sucessão. 10. Fraude e exigência de prova de “dolo”. 11. Irrelevância da data de lavratura do auto de infração, para fins de responsabilidade tributária por sucessão. 12. Hipótese de Lavratura do AIIM em momento posterior à incorporação. 13. Das respostas às indagações formuladas.*



**PROCEDIMENTO E PROCESSO TRIBUTÁRIO**

**Tema XXXI..... 205**

**AS DECISÕES DO CARF E A EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

*Sumário: 1. Considerações introdutórias. 2. O primado da certeza do direito e a importância do intérprete na compreensão dos textos jurídicos. 3. O surgimento do crédito tributário e o papel do lançamento. 4. O procedimento administrativo e o controle de legalidade do lançamento. 5. Decisão administrativa irreformável como modo de extinção da obrigação tributária. 6. As condições da ação no direito positivo brasileiro e os requisitos para o processamento de Ação Popular. 7. Respostas aos quesitos.*

XII





**Tema XXXII ..... 229**

**O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO E O ATO JURÍDICO DO LANÇAMENTO**

*Sumário:* 1. Introdução. 2. A tipicidade e a vinculabilidade da tributação. 3. O ato jurídico administrativo do lançamento. 4. Validade do ato administrativo de lançamento tributário. 5. A importância da motivação do ato administrativo de lançamento. 6. Atributos do ato jurídico administrativo do lançamento. 6.1. O auto de infração e imposição de multa como instrumento de lançamento. 6.2. A definitividade do lançamento. 7. Alterabilidade do lançamento tributário. 8. Conclusão.

**Tema XXXIII ..... 251**

**MEDIDA LIMINAR CONCEDIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA**

**Direito processual tributário e certeza do direito**

*Sumário:* 1. Sobre o direito processual tributário. 2. Direito positivo: conceito e delimitação. 3. Vigência e aplicação das normas jurídicas tributárias. 4. A aplicação do direito e o princípio da irretroatividade. 5. Sobre a norma individual e concreta que documenta a incidência. 6. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário. 7. As hipóteses do artigo 151 da Lei nº 5.172/1966. 8. A medida liminar concedida em mandado de segurança. 9. Tutela jurisdicional e suas modalidades. 9.1. Peculiaridades da tutela mandamental. 10. Efeitos da decisão proferida em mandado de segurança. 11. Instrumentalidade do provimento cautelar. 12. Conclusões.

**Tema XXXIV ..... 275**

**SEGURANÇA JURÍDICA E MODULAÇÃO DOS EFEITOS**

*Sumário:* 1. Palavras introdutórias. 2. Núcleo semântico do sobre-princípio da segurança jurídica. 3. O primado da segurança jurídica no tempo. 4. Aplicação prospectiva de conteúdos decisórios e a modulação dos efeitos de decisões jurisdicionais. 5. Retroatividade

XIII



como desvalor perante a estrutura do sistema jurídico brasileiro. 6. Conclusão.

## DEVERES INSTRUMENTAIS

### **Tema XXXV ..... 299**

#### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

#### **Inexigibilidade de CND para fins de registro da compra e venda de bem imóvel**

*Sumário:* 1. Introdução. 2. Propriedade: aproximação do conceito e modo pelo qual se opera sua aquisição no caso de bem imóvel. 3. Garantias do crédito tributário e os limites da presunção de fraude na alienação de bens. 4. Certidão negativa de débitos: sua função e requisitos de exigibilidade. 5. A inexigibilidade de CND para fins de registro da compra e venda de bem imóvel. 5.1. Implicações no âmbito do direito tributário. 5.2. Implicações na esfera civil. 6. Hipóteses de dispensa legal da apresentação da CND. 7. Respostas às indagações formuladas.

### **Tema XXXVI ..... 325**

#### DEVERES INSTRUMENTAIS E PROVA NO CRÉDITO-PRÊMIO DE IPI

#### **Identificação dos documentos competentes para atestar a efetiva realização de operações de exportação, com o fim específico de reconhecimento e aproveitamento do crédito-prêmio de IPI**

*Sumário:* 1. Conhecimento – o caráter constitutivo da linguagem. 2. A constituição do “fato”. 2.1. O fato jurídico. 3. Breve panorama das normas que regulam o “crédito-prêmio de IPI” e os requisitos para o seu aproveitamento. 4. Constitucionalidade e recepção dos Decretos-lei n<sup>os</sup> 491/1969, 1.248/1972 e 1.894/1981 e a injuridicidade do Ato

XIV

Declaratório nº 31/1999. 5. Hierarquia entre normas na disciplina da produção de provas. 5.1. Instrumentos introdutórios de normas jurídicas no direito brasileiro – instrumentos primários e secundários. 5.2. A linguagem exigida pelo ordenamento jurídico para constituição do crédito-prêmio de IPI – ilegalidade das restrições introduzidas por instrumentos secundários. 6. Da conclusão.

**Tema XXXVII ..... 351**

**ICMS SOBRE A VENDA DE BENS DO ATIVO FIXO**

**Apreciação sobre a competência tributária dos Estados e do Distrito Federal para exigirem ICMS com base na venda de bens do ativo fixo, assim como o cumprimento dos correspondentes deveres instrumentais**

*Sumário: 1. Introdução. 2. O modelo constitucional da regra-matriz do ICMS. 3. Critério material da regra-matriz do ICMS. 3.1. O sentido dos vocábulos “operações” e “circulação”. 3.2. A importante função da palavra “mercadorias”. 4. A base de cálculo do ICMS. 5. O sujeito passivo da relação jurídica de ICMS. 5.1. Contribuinte do ICMS, segundo a Lei Complementar nº 87/1996. 6. A determinação constante do art. 110 do Código Tributário Nacional. 7. A atividade das empresas locadoras de veículos e a tributação pelo ICMS. 8. Das respostas às indagações.*

**Tema XXXVIII..... 371**

**OS DEVERES INSTRUMENTAIS NO ICMS-TRANSPORTE**

**Entendimento segundo as conjunturas da prestação de serviços de *courier***

*Sumário: 1. Introdução. 2. ICMS e tributação sobre prestação de serviços de transporte. 3. Limites do conceito “operação de transporte” nos contratos complexos. 4. O “transbordo” e a aplicação da teoria das relações ao ICMS transporte. 5. Deveres instrumentais na conformação do ICMS-transporte na atividade de prestação de serviço de *courier*. 6. Das respostas às indagações formuladas.*

XV

<b>Respostas às questões.....</b>	<b>391</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>403</b>
<b>Índice geral .....</b>	<b>439</b>
<b>Índice onomástico .....</b>	<b>461</b>
<b>Índice remissivo.....</b>	<b>469</b>